



(Foto: Jamerson Douglas)

A questão é evitar os problemas

Dificuldades do sistema público de saúde vão muito além da falta de profissionais de especialidades médicas. Entenda como a estruturação do sistema sanitário, por exemplo, é essencial para evitar problemas que atingem milhares de brasileiros

Jamerson Douglas

O Sistema Único de Saúde (SUS) é alvo recorrente de críticas. Com unidades de atendimento lotadas e muitos problemas (falta de medicamentos, número insuficiente de profissionais especializados e até mesmo estrutura de apoio), milhares de pacientes costumam questionar a qualidade do serviço oferecido aos brasileiros. Mais que problemas pontuais, os especialistas na área indicam que parte dessas dificuldades pode ser atribuída à estrutura das cidades, ou melhor, à falta dela.

Um dos exemplos mais expressivos: as irregularidades no sistema de esgotamento sanitário, que permite

que milhares de pessoas Brasil afora sejam expostas a diferentes tipos de doenças. Uma pesquisa realizada em 2013 pela Exame apontou números alarmantes sobre as regiões Norte e Nordeste. De cada 100 mil habitantes, 300 deram entrada em unidades de saúde com doenças relacionadas a falta de saneamento básico, como: diarreia, micose e dengue.

São realidades como a que vive a dona de casa Jaciara Silva, que tem dois filhos, de 10 e 11 anos, respectivamente. Ela conhece alguns dos prejuízos causados pela falta de estrutura básica em sua comunidade. Conta que os dois filhos já adoeceram por ter

contato direto com esgoto a céu aberto, por exemplo.

“Meu filho teve hepatite do tipo b e c. Ficou internado por três meses. A cada seis meses, é preciso fazer novos exames. Tenho medo de acontecer algo pior”, diz. Mesmo sabendo dos riscos que os meninos correm ao brincar próximo aos esgotos, Jaciara diz não ter alternativas. “Se a gente não tem praça, campo de futebol, nada para oferecer aos nossos filhos, o jeito é deixar eles brincarem na rua mesmo”, desabafa a mãe.

Em comunidades carentes, a situação se agrava em períodos chuvosos quando os transtornos ocasionados



pelas chuvas são maiores. É isso que relata a autônoma Adriana Souza, que também é moradora de uma comunidade carente.

“Quando chove, as casas são invadidas pela água do canal, esgotos escuram na rua e a gente fica sem saber o que fazer nem para onde ir. Temos que conviver com toda esta situação”, reforça.

Neste cenário, os especialistas apontam: ainda que sejam feitos mais investimentos em saúde, como muitos brasileiros querem, a prioridade deveria ser o saneamento básico. Com mais investimentos, seria possível diminuir

o número de entradas em hospitais ou unidades básicas (porque as pessoas estariam menos expostas aos diferentes fatores que causam as doenças).

Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Francisco Santos coordena a graduação em Saúde Coletiva oferecida pela Faculdade Ascis. Ele indica que é necessário entender a logística, e não apenas atender o paciente em uma unidade de saúde e depois encaminhá-lo para casa (onde voltará a pisar descalço em ruas sem calçamento, com esgoto a céu aberto, sem água de qualidade para consumo, sem o armazenamento

correto dessa água, com terrenos baldios e cheios de entulhos e mato).

“Os cuidados estão para além disso. É preciso um acompanhamento mais próximo nestas comunidades mais carentes de atenção. Entender o contexto de vida que elas têm, informações sobre sua saúde, condições de vida e educação são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam esta demanda social”, explica Santos.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2015 foram registrados no SUS nada menos que 4,1 bilhões de procedimentos, entre atendimentos ambulatoriais e hospitalares (que não necessitam e que precisam de internação, respectivamente). O custo desses atendimentos foi de R\$ 31,7 bilhões. Este ano já foram registrados 569,4 milhões de procedimentos semelhantes, que demandaram R\$ 4,8 bilhões.

E é preciso lembrar que é dever dos governos gerir planos que agreguem o atendimento necessário e de qualidade para a população, nos quais estejam englobados: moradia, saneamento e pavimentação, por exemplo.

A Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece diretrizes para o saneamento básico. Inclusive, para garantir saúde aos brasileiros. Prevê a prestação de serviços de abastecimento de água e tratamento da rede de esgoto. Ao Governo Federal, compete estabelecer as estratégias gerais, planejar e dar apoio a programas de saneamento no cenário nacional; aos estados, o monitoramento e manutenção dos sistemas de saneamento e também as regras tarifárias e de subsídios nos sistemas que controla; e às prefeituras, prestar o serviço à população. ■



(Foto: Jamerson Douglas)